

Porto Alegre, 28 de novembro de 2022

À Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
Contribuição para AP10/2022
Brasília- DF.

Prezados Senhores

A Comissão de Economia, Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, e a Frente Parlamentar em Defesa da Conclusão das Obras de Duplicação da BR-116, realizou uma Audiência Pública, no formato presencial e híbrido, no dia 24 de novembro de 2022, às 19:00 horas, na Cidade de Camaquã, no Auditório do IFSUL, para debater “O modelo de pedagiamento previsto para a BR-116 entre Camaquã e Porto Alegre”. O Requerimento de Audiência Pública 19/2022 foi aprovado pela CEDST, em 09 de novembro de 2022.

Presidida pelo Dep. Zé Nunes, e com a presença dos Dep. Estadual Patrícia Alba (MDB), Dep. Estadual Marcus Vinícius (PP) e os Dep. Federal Pompeu de Matos (PDT) e Dep. Federal Afonso Hamm (PP), Dep. Pedro Westphalen (PP), do Superintendente do DNIT do RS Hiratan Pinheiro da Silva, Prefeitos, Vereadores, Federasul, Fecomercio, Professores, Empresários, Estudantes e uma participação de mais de 1000 moradores da região da Costa Doce do RS.

O debate se deu sobre o projeto do Governo através do Ministério dos Transportes e estudos na ANTT, que onerar ainda mais o transporte no RS, colando mais pedágios em estradas federais o que vai custar caro a sociedade, em especial o trecho da BR-116 Sul.

O estudo está sendo realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo consórcio LOGIT – ATP – QM – JGP projeta a construção de 11 novas praças de pedágio, com a possibilidade de mais 2 em estradas secundárias em Eldorado.

A BR-116 receberá mais 03 praças de pedágios, sendo um em Camaquã, 01 em Barra do Ribeiro e 01 em Eldorado do Sul, e 02 em estradas paralelas. Mas quem estiver fazendo uma viagem entre Porto Alegre e Pelotas, não passará em todos, das três praças de Eldorado do Sul, na BR-116, duas estarão posicionadas em locais para evitar fuga de pedágio, em alças da rodovia que obrigarão o motorista a pagar a tarifa.

Outras praças estarão na BR-290, nas cidades de Butiá, Pântano Grande, Jacuí, Caçapava do Sul, Cruz Alta, Júlio de Castilho, Santana da Boa Vista e São Sepé.

A tarifa quilométrica de pedágio em trechos de pista simples será de R\$ 0,1154/100 para carros. Já nas rodovias com pista dupla, o montante para estes veículos poderá chegar a R\$ 0,1615/100. Se confirmado o preço na licitação, será o pedágio mais caro do Estado.

Com tarifas de pedágio em trechos variando de R\$ 2,73 para carros à R\$ 10,30. Já nas rodovias com pista dupla, o montante para estes veículos poderá ter 40% de acréscimo.

Se confirmado o preço na licitação, será um dos pedágios mais caro do Estado. Dentro da disputa, será aceito um deságio máximo de 20,3%. Ou seja, a definição do vencedor deverá se dar não no desconto mais amplo da tarifa, mas sim quem pagar a maior outorga ao governo federal.

Considerando:

1- Que os primeiros contratos de Concessão de Pedágio no estado do Rio Grande do Sul, foram assinados em 15 de julho 1998 pelo Governador Gaúcho Antônio Brito, o DAER/RS e as concessionárias dos chamados polos de pedágio, com a presença do então Ministro dos Transportes Eliseu Padilha, na BR-116. De todos os contratos o mais emblemático era o polo de Pelotas, uma vez que o contrato previa a exploração por um prazo de 15 anos, posteriormente em 18 de maio de 2000, foi sub-rogado pela União, por intermédio do Ministério dos Transportes e após transferido para ANTT. Quando do quarto termo aditivo ao contrato nº 013/00-MT(PJ/CD/215/98), em sua cláusula nona, 9.3 o prazo de vigência do contrato, considerando a alteração promovida pela cláusula terceira do 1º termo aditivo, passa a ser de 25 (vinte e cinco) anos, contados da data de início da cobrança do pedágio, vencendo em 03 de março de 2026, com uma TIR 17,55% (fonte MacDowell Fernando - 2005, CPI dos pedágios da ALERGS), e que hoje cobra R\$ 15,20 para a passagem de carros.

2- O Rio Grande do Sul tem hoje 29 praças de pedágio em estradas. Desse total, 12 estão em rodovias federais. Outras 17 cobram tarifa em trechos estaduais. Os valores pagos para carros variam de R\$ 3,25 a até R\$ 15,20. No Brasil, 10,2% da malha rodoviária federal e estadual pavimentada estão concedidos a empresas privadas, nos EEUU, o percentual é de 0,1% da malha, na China é de 3,6%, na Alemanha é de 2,0%, números do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

3- Com os novos pontos de cobrança previstos, Estado chegará a quase 50 praças. O Rio Grande do Sul tem hoje 29 praças de pedágio em estradas.

4- A BR-116 Sul será a campeã, hoje são três pedágios. Ela terá mais cinco na nova concessão. Dois deles, inclusive, serão instalados para evitar que os motoristas tentem driblar os pontos de cobrança usando a Estrada do Conde.

5- O Rio Grande do Sul possui uma matriz excessivamente centrada no transporte rodoviário, com o transporte por rodovias ser responsável por 88% do total transportado.

6- As rodovias BR-116, BR-101, BR-386 e BR-290 recebem grandes fluxos de escoamento da produção, especialmente da safra agrícola, apresentando os volumes de tráfego mais elevados por estabelecerem as ligações entre o Portos de Rio Grande e Porto Alegre, Uruguaiana e os países do MERCOSUL e os demais estados brasileiros.

7- De acordo com o Plano de Transporte e Logística da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), divulgado pelo Correio Braziliense, os custos com a logística nesse modal alcançam 11,6% do Produto Interno Bruto (PIB).

8- O Modal Rodoviário é o maior segmento do setor transportador, tendo sido alçado à condição de sustentáculo do setor e, segundo o PNLT. Destaque-se que a frota de automóveis cresceu 21,6%, a de ônibus 31,1%. O crescimento da frota de caminhões alcançou expressivos 34,4% alcançando taxas anuais médias de 7,0%.

9- Segundo a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), em 2018 o Brasil atingiu a marca de 20.745 km de estradas concedidas à iniciativa privada. Isso quer dizer que 9,7% das rodovias pavimentadas do país são concessionadas, o que faz do Brasil o líder mundial em concessões rodoviárias.

10- Os municípios de Guaíba, Barra do Ribeiro, Tapes, Arambaré, Camaquã, Piratini, São Lourenço do Sul, Pelotas, Morro Redondo, Arroio Grande, Jaguarão, Rio Grande, Tavares, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar e Chuí, fazem parte do roteiro turístico da Costa Doce do RS, com vista para as lagoas, natureza e paisagens perfeitas, para desenvolvimento econômico da região.

11- Que estamos em fim de mandado do Governo Federal e Estadual e com a perspectiva de um novo Governo Federal com outra visão sobre a infraestrutura do País.

Pelos considerando acima expostos a Audiência Pública em Camaquã decidiu solicitar a IMEDIATA suspensão do referido estudo para Concessão de Estada Federais no Estado do Rio Grande do Sul, através da ANTT com projetos do BNDES, pois trarão imensos e insuperáveis prejuízos a economia e o desenvolvimento da Região Sul.

Atenciosamente:

Deputado Estadual Zé Nunes

Presidente da Comissão de Economia, Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, da
Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul;
E a Frente Parlamentar em Defesa da Conclusão das Obras de Duplicação da BR-116